

# EXORTAÇÃO AO VOTO

Por JACINTO BAPTISTA

«Não é a existência, em si, do que chamo a governação excepcional, com férias de uns meses ao parlamento, o que repugna aos partidários da democracia social. O ponto, para mim, está no espírito que animar essa governação excepcional, na finalidade que se propuser. Tal espírito, em meu parecer, não deve ser o da direita, mas o da esquerda; tal finalidade, para nós, deve ser a de assegurar para os dias futuros um funcionamento melhor da democracia política, e lançar as bases criadoras da democracia social, sem a qual a democracia política estará sempre em perigo de se perverter.»

ANTÓNIO SÉRGIO

**P**OR força e virtude de uma dinâmica revolucionária desencadeada e só possível — não o esqueçamos! — com o derrube do fascismo e que prossegue, embora reduzida já à pulsação regular, compassada, dos mecanismos democráticos a caminho (oxalá) da estabilização — os Portugueses vão mais uma vez às urnas, agora para escolher os seus representantes nas autarquias locais.

Se o voto livre já não constitui novidade para o Português eleitor, a modalidade e os objectivos eleitorais são ainda novos e por isso susceptíveis de conter, no processo de concretização, lições de alcance e significado políticos de antemão imprevisíveis — encorajantes ou desencorajantes.

Completa-se, com este acto eleitoral e em obediência ao calendário previsto, a construção do Estado democrático, sem que se possa dizer que, percorrido o ciclo destes direitos e deveres cívicos, já nos é lícito ou razoável dá-lo por encerrado. Pelo contrário, a nosso ver, nada se encerrou: o processo democrático está sempre aberto, só é felizmente repetitivo quanto ao esquema que baliza a sua variedade. Entre nós, mercê dos prolegómenos revolucionários que lhe tornaram possível o surto, o processo não só não se encerrou como está mesmo muito longe de poder classificar-se de rotineiro ou monótono, tais as incertezas, as frustrações e os sobressaltos que o têm caracterizado, devido ao entrelaço dos interesses (políticos e outros) em jogo.

Os fluxos e os refluxos das linhas dominantes de força política, a primitiva indefinição do poder,

(Continua na 3.ª pág.)



Foto de CORRÊA DOS SANTOS

## AMANHÃ HÁ ELEIÇÕES

**C**ERCA de seis milhões de portugueses vão amanhã às urnas, para, de entre onze partidos e diversas listas de candidatos independentes, a nível de freguesias, elegerem os novos órgãos das autarquias locais. Ontem à noite o ministro da Administração Interna esteve no Centro de Informática do Ministério da Justiça, onde irá funcionar o escrutínio provisório, a fim de se inteirar do andamento da máquina eleitoral. Hoje falou ao País, através da Rádio e TV, exortando ao voto.

Entretanto, esta tarde, o ministro Costa Brás deslocou-se ao distrito de Beja, para se inteirar localmente da forma como está a evoluir o processo da legalização da Reforma Agrária, nomeadamente no que respeita ao problema das reservas.

Pág. 9

## EXPROPRIAÇÕES DE TERRENOS reguladas por código

**O**Governo faz hoje publicar no «Diário da República» o Código das Expropriações, documento jurídico fundamental que, juntamente com a Lei dos Solos, recentemente promulgada, poderá vir a permitir ao Estado fazer diminuir a especulação com os terrenos.

Pág. 28

ESTA MANHÃ EM MADRID

## SEQUESTRADO O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ESTADO ESPANHOL

● Telex da nossa correspondente  
MARIA ANTÓNIA IGLESIAS

Centrais

## ÁGUA: A CONDUTA JÁ FOI REPARADA

SITUAÇÃO NORMALIZADA  
A PARTIR DA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA

Pág. 17

## POLITICROMOS

● Por  
EDMUNDO TENREIRO

Destacável

# EXORTAÇÃO AO VOTO

(Continuação da 1.ª pág.)

a consequente busca tateante de uma fórmula de governo (no sentido lato da expressão) legitimado ou legitimável pelos quadros institucionais democraticamente escolhidos, com a margem de fidelidade ou de infidelidade consentida pela latitude de interpretação dos textos legais — tudo isto tem sido a **máscara** que se sobrepõe à multiforme e palpitante fisionomia do nosso povo.

Quanto a nós, o complexo sistema da legalidade democrática reflecte, sem a esgotar, uma vivência subjacente que o transcende, desbordante, cheia de tensões, agravadas estas, no caso português, pelo esforço de adaptação a uma situação nova e de convivência de duas classes políticas de signo desigual que, à partida (isto é, a 25 de Abril de 1974), se mostravam aparentemente inconciliáveis e que, apenas dois anos e meio decorridos, tendem a organizar-se segundo novos arranjos de coexistência, agora fundamentalmente de teor social (e, logo depois, necessariamente político) que situam as pessoas e os grupos nos lugares ideológicos que lhes competem e por conseguinte obrigam a constantes recapitulações.

Não é isto próprio da vida das instituições democráticas?

Então, os actos eleitorais são como que exames periódicos da saúde do paciente que é o povo, entendido como o conjunto dos seus vários extractos

socials, frequentemente em conflito. Como outros exames ainda se não acharam que os possam substituir com vantagem no quadro institucional escolhido e implantado, pratiquemo-los quando tempo disso.

Quanto a estas eleições: independentemente do teste de saúde geral da nossa jovem Democracia, os cidadãos eleitores vão ensaiar, pela primeira vez neste ciclo, uma forma de participação política prescrita pela Constituição que diz respeito aos seus interesses imediatos e locais.

Depois que, como eram nosso dever e vocação de grande jornal de informação pluralista, apresentámos ao leitor, com imparcialidade, as grandes linhas programáticas e as argumentações eleitorais das frentes e partidos concorrentes, importa, simplesmente, exortar ao voto, como expressão democrática, vivificante, da vontade de participação, como importante sinal de não demissão na edificação do destino colectivo.

Nesta sincera exortação gostaríamos de propor à meditação de quem nos lê as palavras com que, há mais de cem anos, um grande português — Alexandre Herculano — se dirigiu a um grupo de compatriotas que o queriam eleger procurador pelo círculo de Sintra — honra que o escritor declinou por pensar que «nenhum círculo eleitoral deve escolher para seu representante indivíduo que lhe não pertença; que por larga experiência não tenha conhecido as suas necessidades e misérias, os seus recursos e esperanças; que não tenha com os que o elegerem comunidade de interesses, interesses que variam, que se modificam, e até se contradizem, de província para província, de distrito para distrito, e às vezes de concelho para concelho».

Enriquecido pela experiência directa, vivida, que lhe fora proporcionada pelo jornadeir através das terras do reino, o admirável historiador vira «com dor e tristeza definidos e moribundos os restos das instituições municipais que o absolutismo (leia-se, querendo, o **fascismo**, saltando cem anos e actualizando a situação) nos deixara»...

Vira «a agricultura (que considerava, ainda, «a verdadeira indústria de Portugal») lidando inutilmente por desenvolver-se no meio da insuficiência dos seus recursos; (...) em resultado dos erros económicos que pululam na nossa legislação, a má organização da propriedade territorial e a desigualdade espantosa na distribuição das populações rurais, procedida da mesma origem, e dando-nos ao Sul do reino uma imagem das solidões sertanejas da América, e ao Norte uma Irlanda em perspectiva (...), a injusta repartição e a pior aplicação dos tributos e encargos (...), a falta de segurança pessoal e real,

especialmente nos campos, onde o homem é obrigado a confiar só em si ou em Deus para a obter (...). um sistema administrativo mau por si e péssimo em relação a Portugal, com uma hierarquia de funcionários e uma distribuição de funções que tornam remotas, complicadas, gravosas e até impossíveis, a administração e a justiça para as classes populares e incómodas e até espoliadoras para as altas classes» (palavras naturais num «burguês dos quatro costados, liberal ferrenho e proprietário, ainda que pequeno», como, no fim da vida, se classificara, escrevendo a Oliveira Martins de Vale de Lobos, da quinta que adquirira com o produto do seu trabalho honrado de homem de letras).

A propósito: ao opor-se, em 1933, a Salazar e às suas materialistas, meramente económicas alegações em defesa da grande propriedade (que o ditador especiosamente fundia com «grande exploração»), António Sérgio, defensor da Reforma Agrária, embora de modo nenhum partidário da divisão, ou mesmo pulverização, das terras onde quer que ela não fosse aconselhável, escrevia nos «Diálogos de Doutrina Democrática», que não chegaram a circular em vida do eminente ensaísta:

«(...) inculcando nós ao futuro colono e admirável princípio do cooperativismo, bairmos a grande **propriedade** — sem anular com isso, aquela conveniência económica que exista na grande **exploração**; e acrescentava «Reforma agrária (...) não é sinónimo de divisão de terras, ou de passagem à exploração minúscula. Pode haver grandes grandes colectivas.»

E insistia: «Para nós, o principal motivo de uma reforma agrária não é o aumento da produção nem quaisquer resultados materiais. Acima de tais resultados estão para nós a paz, a alegria, a felicidade, a beleza da vida familiar (...) para nós o essencial é: **dignidade da pessoa humana inconcebível sem a liberdade**; para nós, os idealistas, o que há aí (na reforma agrária) é **liberdade e justiça**».

Nas suas viagens pelo País, vira Herculano «sobretudo, a falta da vida pública, a concentração do homem na vida individual e de família, que é ao mesmo tempo causa e efeito da decadência dos povos que se dizem livres (...) todos esperarem e temerem tudo do Governo central; confiarem nele como se fosse a Providência; maldizerem-no, como se fosse o princípio mau: ideias completamente falsas, posto que desculpáveis num país de centralização; ideias que significam uma abdicação tremenda da consciência do cidadão, e da actividade humana, e que são o sintoma infalível de que os males profundos procedem, não da vontade deste ou daquele indivíduo, da índole particular desta ou daquela instituição, mas sim do estado moral da sociedade e da índole em geral da sua organização».

Pois a estes males indicava o historiador um lenitivo que as próximas eleições para as autarquias locais mais uma vez tornam actual: um lenitivo — não um «remédio definitivo», mas «preparação para ele», em suma, «como instrumentos de uma reforma futura, a eleição exclusivamente local e os esforços constantes para obter, contra o interesse das facções, dos partidos e dos governos, a redução dos grandes círculos a círculos de eleição singular, que um dia possam servir à restauração da vida municipal, da expressão verdadeira da vida pública do País, e de garantia da descentralização administrativa, como a descentralização administrativa é a garantia da liberdade real».

Assim aconselhava Herculano aquela fórmula que, no seu tempo, os estadistas profissionais designavam, depreciativamente, como «a eleição do campanário», e a propósito da qual o impenitente liberal interrogava, em 1858, os seus amigos eleitores do círculo de Sintra: «Não sei se podereis sofrer o afrontoso ridículo que anda associado à doutrina que vos inculco.» E respondia, ele próprio cor-teiosia exemplar: «Eu posso.»

O peso pejorativo não recai já hoje sobre o facto que, para os seus detractores, «a eleição do campanário» descrevia. Por isso, em vésperas das eleições para as autarquias, nos sentimos confiante na publicação desta singela exortação ao voto, que pretendemos quota-parte no combate a uma apatia cívica que sem dúvida seria nociva à Democracia e à maioria dos Portugueses.

JACINTO BAPTISTA

publicidade

**EXCURSÕES EM AUTOCARROS PASSEIOS TURÍSTICOS**

Com a qualidade internacional CLARAS. Confortíveis autocarros com aquecimento. Óptimos hotéis com banho privativo. Passeios com Guias oficiais especializados.

**NATAL EM ALDEIAS PORTUGUESAS**

Partidas a 24 de Dezembro

MINHO E GEREZ - 3 dias - 2240\$00  
BEIRA - 3 dias - 2170\$00  
ALTO ALENTEJO - 3 dias - 2100\$00

**FINS DE ANO SUCESSO**

SALAMANCA - 3 dias - part. 31 Dez. 2470\$00  
VIGO - 3 dias - part. 31 Dez. 2790\$00  
MADRID - 4 dias - part. 30 Dez. 2900\$00  
TANGER - 4 dias - part. 30 Dez. 4230\$00

**AMENDEIRAS EM FLOR**

ALGARVE - 3 dias - part. 14-21-28 Jan. 4-11 de Fevereiro.....1 890\$00  
BARCA DE ALVA - 3 dias -part.11-18-25 de Fevereiro e 4 de Março.....2 200\$00

VIAJE COM CLARAS E DESCUBRA PORQUE OS NOSSOS PROGRAMAS SE ESGOTAM COM RAPIDEZ. PEÇA-NOS PROGRAMAS DETALHADOS.

**CLARAS**

UM DEPARTAMENTO DA RODOVIÁRIA NACIONAL EP  
AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 33 - TEL. 560015 - LISBOA-2

**TIRAGENS MÉDIAS DOS JORNAIS DIÁRIOS EM NOVEMBRO**

«Diário de Notícias» — 84 434 exemplares.  
«Journal de Notícias» — 69 534

«DIÁRIO POPULAR» — 64 250  
«O Comércio do Porto» — 57 422  
«O Diário» — 50 025  
«A Capital» — 42 600  
«O Primeiro de Janeiro» — 40 420  
«O Dia» — 40 000  
«A Luta» — 35 240  
«Jornal Novo» — 30 724  
«O Século» — 26 000  
«Págnia Um» — 15 150

**DOS JORNAIS HEBDOMADÁRIOS**

«Expresso» — 72 425  
«O País» — 62 250  
«O Jornal» — 61 600  
«Gazeta da Semana» — 22 000.

**RECHEIO DE MORADIA**

VENDE-SE HOJE SÁBADO E AMANHÃ DOMINGO DAS 15 ÀS 20 HORAS

**TUDO O MOBILIÁRIO DE ESTILO EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE**

Mobiliários completos e vários conjuntos de casa de jantar estilo Renascença, Inglês, séc. XVII, Luis XVI, mobiliários de quarto e vários conjuntos estilo D. José, D. Maria, séc. XVII, Filipino, Renascença, Luis XVI, e várias camas soltas de casal e pessoa só estilo D. Maria, D. José, Barruco, Bilros, Luis XVI, e ainda camas em latão e em ferro, cómodas, escrivaninhas, roupeiros de 2, 3 e 4 portas, armários, bengaleiros, cantoneira, estantes de sala e escritório sendo 1 em noqueira, mesa de trabalho, carrinhos de chá, mesas de jogo, mesas de sala em talha e em metal com tampos de vidro, credências, espelhos, quadros, gravuras, candeeiros de tecto e de mesa, apliques, carpetes, maples soltos de orelhas em pele, maples para quarto em veludo, jogos de maples em veludo, sendo 2 com sofá-cama, relógios de mesa e várias peças de decoração.

**AV. DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, 22 (Moradia) perto do Inst. Sup. Técnico**

MELHOR SOM MAIS LUZ

**PILHAS GATO BRANCO**

AMANHÃ, ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

VAMOS TODOS VOTAR PARA INSTITUCIONALIZAR A DEMOCRACIA

Os portugueses vão amanhã às urnas pela quarta vez para eleger os órgãos das autarquias locais — Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal. A disposição dos prováveis seis milhões de eleitores encontram-se 14 mil assembleias de voto, em três mil das quais existirão duas urnas, devendo esta segunda ser utilizada apenas quando a primeira estiver completa. As assembleias de voto, como habitualmente, estarão abertas das 8 da manhã às 19 horas e, no que diz respeito aos boletins de voto, a mecânica eleitoral compreende três tipos distintos: boletim branco para a Assembleia de Freguesia, boletim amarelo para a Assembleia Municipal e boletim verde-cinza para a Câmara Municipal.

Apresentam-se às urnas onze partidos e frentes eleitorais, sendo que o P. L. C. concorre apenas a três Assembleias Municipais do distrito de Aveiro. A nível de freguesias, única eleição em que tal candidatura é autorizada, concorrem centenas de listas unitárias de grupos de cidadãos.

Para que o acto eleitoral se revista do maior significado possível e tenha a presença do maior número possível de cidadãos, diversas medidas foram tomadas desde a antecipação de todas as competições desportivas para hoje, passando pela proibição de caçar e pela recomendação às casas de espectáculos para não funcionarem até às 19 horas.

F. E. P. U. CONCORRE NO CADAVAL, SOBRAL DE MONTE AGRADO E TORRES VEDRAS

A principal notícia do final da campanha eleitoral surgiu com a divulgação da decisão tomada ontem pelo Tribunal da Relação de Lisboa ao dar provimento ao recurso interposto pela Frente Eleitoral Povo Unido contra a decisão tomada pelo juiz da comarca de Torres Vedras, que se tinha negado a admitir as listas do Povo Unido nos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agerado e Cadaval. Como resultado desta decisão as listas do Povo Unido nas freguesias e respetivas concelhos estão legalmente presentes à votação amanhã e poderão por isso ser objecto de opção pelo eleitorado.

ALTERAÇÃO NO ACTO ELEITORAL

O encerramento da Faculdade de Economia provocou uma alteração no acto eleitoral de amanhã. As nove mesas que ali iriam funcionar, passaram a localizar-se nas escolas do edifício da Junta de Freguesia de Paranhos. Tanto a Administração do 1.º Bairro, como aquela Junta, difundiram avisos aos eleitores.

COSTA BRÁS VISITARÁ AMANHÃ VÁRIOS DISTRITOS

Soubemos ontem, no decurso da visita que o ministro da Administração

Interna efectuou ao centro de escrutínio provisório instalado no Centro de Informática do Ministério da Justiça, que Costa Brás tenciona deslocar-se amanhã a alguns concelhos e freguesias do nosso país para se inteirar localmente do modo como decorre o acto eleitoral. O ministro da Administração Interna, que cumprirá o seu direito de voto pouco depois das nove horas, seguirá imediatamente para o aeroporto onde tomará um helicóptero, devendo regressar a Lisboa da parte da tarde. Não se encontra ain-

da estabelecido o itinerário.

RTP NO AR ATÉ ÀS 4 HORAS DA MANHÃ

A Radiotelevisão Portuguesa estará no ar, ininterruptamente, desde as 12 horas de domingo até às 4 horas da manhã de segunda-feira, dedicando uma grande parte do programa de emissão às eleições locais para as autarquias locais. As 12, 14, 16 e 45, 18 e 25, 19 e 3, 20 e 21 e 30 serão transmitidos serviços noticiosos sobre as eleições. A partir das 22 horas a RTP preencherá os vários serviços noticiosos com um programa de variedades transmitido em directo.

Costa Brás exorta os portugueses a votarem amanhã

O ministro da Administração Interna fez hoje, ao princípio da tarde, uma comunicação ao País, através da Rádio e Televisão, do seguinte teor:

A escassas horas de cada cidadão ir exercer, em consciência, o seu dever cívico e, encerrada que está a campanha eleitoral para os órgãos das autarquias locais, o ministro da Administração Interna pretende dirigir-vos algumas curtas palavras:

Com elas quero, tão-só, sublinhar o significado do voto, livre e consciente pelo que cada um de nós escolherá os seus representantes nos órgãos do poder local.

O acto eleitoral que se desenvolverá amanhã em todo o País culmina a estrutura democrática do Estado português, baseada na soberania popular.

Na verdade, elegemos no decurso deste ano os deputados que nos representam na Assembleia da República. Também por sufrágio universal, directo, e secreto, foi escolhido o Presidente da República. Com estas eleições, completa-se, assim, a organização democrática do Estado.

Aliás, só daqui a três anos se realizarão novas eleições gerais, o que justifica, ainda mais, este nosso esforço (participativo) de amanhã.

No espírito de alguns, porém, não terá deixado de se instalar a dúvida sobre a oportunidade da realização de três actos eleitorais no mesmo ano, quando todos sentimos a urgência das tarefas de reconstrução nacional.

Mais actos e menos palavras tem de ser, com efeito, a direcção do nosso esforço comum e inadiável. Tal não pode, no entanto, servir de capa a críticas mais ou menos intencionais à construção democrática que, encetada com o 25 de Abril de 1974, se consolidou com este próximo acto eleitoral. E que a definição e execução dos imperativos nacionais cabe, precisamente, aquelas que o povo electa como seus representantes, desde o Presidente da República aos titulares dos órgãos do poder local.

«Traumatizados por anos e anos em que a população não foi chamada jamais a decidir do

seu próprio destino, sentimos agora como a nossa participação directa e activa na vida política é condição e instrumento fundamental da consolidação do sistema democrático. Acaabei de vos citar palavras textuais da nossa Constituição. Ali se diz ainda que ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político». Norma salutar de uma democracia institucionalizada.

Não se estranhará, pois, que sublinhe a importância de que se reveste a eleição dos titulares dos órgãos autárquicos.

Compete-lhes prosseguir os interesses próprios das populações que representam.

E os órgãos a eleger amanhã — a Assembleia da Freguesia, de onde há-de sair a respectiva Junta, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal — têm um papel fundamental a desempenhar na resolução dos problemas locais que, cada vez mais, há-de ser obra das respectivas populações e dos seus representantes, numa visão descentralizada que aproxima gradualmente os centros de decisão dos principais interessados.

Está, portanto, cada um de nós perante um imperativo de consciência de que ninguém pode alhear-se, sob pena de irresponsabilidade face ao seu próprio destino.

Trata-se agora, para mais, de escolher os representantes que, localmente, isto é, numa perspectiva de vizinhança, serão mandatados em ordem a resolver as nossas necessidades básicas, respondendo aos anseios do bem-estar e de melhoria social.

O civismo generalizado que decorreu a campanha eleitoral, exceptuando alguns actos poucos, como irresponsáveis, prova ainda a maturidade e o bom-senso que têm prevalecido entre os valores que o nosso povo contrapôs às tentativas desesperadas de o fazerem mergulhar, de novo, em tempos de obscurantismo e de coacção.

Apelo, portanto, para a participação geral dos cidadãos no acto eleitoral pelo qual amanhã escolheremos com serenidade, e livremente, os nossos representantes nos órgãos das autarquias locais.

Até amanhã.

NO JULGAMENTO DO ASSASSINO DE DIAS COELHO

• DEFESA QUER MEIRIM NO BANCO DOS RÉUS • O INACREDITÁVEL ELOGIO DA P. I. D. E. / D. G. S.

A sessão de ontem do julgamento do ex-agente da P. I. D. E.-D. G. S., António Domingues, que é acusado do crime de homicídio voluntário praticado na pessoa do escultor Dias Coelho, foi talvez a mais fecunda de quantas já se realizara até agora, caracterizando-se por três aspectos principais: em primeiro lugar, o avanço na produção de prova, com base nas declarações dos dois peritos que fizeram a autópsia da vítima, o professor dr. Arsénio Nunes e o dr. José Pereira Sombreiro; em segundo lugar, a persistente agressividade do patrono do réu, dr. Mário Gomes do Quntal, relativamente à testemunha Joaquim Meirim; e, finalmente, devido a uma circunstância algo paradoxal (se recordarmos os termos da Lei 8/75) que foi o elogio público da P. I. D. E./D. G. S., feito em pleno tribunal, por um dos seus ex-agentes, de resto o bem conhecido subinspector António Capela.

mesma bala que matou Dias Coelho tinha antes perfurado a gabardina e o casaco vestidos na noite do crime pelo agente Lavado. Do mesmo modo ficou sem fundamento a teoria do desvio de trajectória do projectil, que também servia a defesa. E, finalmente, desfeio o equívoco relativo à direcção seguida pela bala no corpo da vítima, que foi da direita para a esquerda do corpo e não do observado, como por lapso ficou escrito no relatório abalaram, segundo cremos, até às raízes a tese até aqui sustentada pela defesa, apenas parecendo restarem-lhe dois argumentos: um, de ordem subjectiva, que respeita à intenção de matar, contida no libelo acusatório; outro que respeita à não identificação da vítima: os agentes Domingues, Lavado e Pedro Ferreira dizem que desconheciam à data do assassinio, a identidade de Dias Coelho.

A «razão de ciência» das declarações concordantes dos dois peritos, o primeiro dos quais é director do Instituto de Medicina Legal, e o outro é técnico principal do mesmo instituto, afigura-se irrefutável.

O ADVOCADO DO RÉU INSINUA QUE MEIRIM FOI «BUFO»

A propósito da testemunha Meirim recordamos que já por duas vezes, em diferentes sessões, o tom das vozes dos advogados de acusação e de defesa e do próprio Tribunal subiu expressivamente. Ontem a cena repetiu-se. Registamos: no início da sessão de ontem o advogado da assistente (dr. Luso Soares) requereu a junção ao processo de dois documentos: um, do Leixões Sport Club, informando que não podia dispensar o treinador Meirim, devido à realização do jogo Leixões-Belenenses, marcado para esta tarde; outro, de Meirim, reafirmando a intenção de comparecer «em próxima audiência» e insistindo na veracidade das suas declarações, conforme consta dos autos. Meirim afirma, concretamente, que abandonou o navio Santa Maria no Funchal, vindo de avião para Lisboa nas vésperas da noite do assassinio.

Em resposta, a defesa, que já acusara Meirim do crime de perjúrio e contra ele requereu a instauração do correspondente processo, com base numa certidão da Capitania do Porto de Lisboa (que pretende fazer prova bastante da ausência de Meirim (de Lisboa) na noite de 19 de Dezembro de 1961) insistiu no mesmo pedido. E mais: passou por cima dos rogos do Tribunal para que não tocasse no foro moral da testemunha, que de resto ainda não foi ouvida, e classificou a conduta de Meirim como «excecrável», concluindo: «Quer venha, como que tentando retratar-se, quer não venha, mas mesmo que venha, o advogado do réu recusa-se a fazer perguntas a um indivíduo com o jaez moral da testemunha, pois este lugar impede que se permitam perguntas que sejam, com quem tão despendidamente se presta em aviltar a acção da Justiça.» O

dr. Mário Quental terminou com uma insinuação que reputamos extremamente grave: expressando a dúvida se não teria sido Meirim o «bufos» que deu à P. I. D. E. a sinalética de Dias Coelho? O Tribunal teve de repetir os avisos que já fizera ao ilustre advogado do réus, o qual violava a lei com os comentários marginais e as alegações acerca do foro moral da testemunha. E deste modo foi encerrado mais um subcapítulo «Meirim» no processo António Domingues...

O mais estranho, depois de tudo isto, é que o depoimento de Meirim lido (como o das mais testemunhas faltosas) logo a seguir, não parece merecer tanto. Pelo contrário, é dos mais francos entre as testemunhas oculares, pois só afirma que se apercebeu de uma confusão no passeio onde caiu a vítima, tendo reconhecido o Lavado, a quem viu meter no coldre uma pistola.

Igualmente estranho foi o súbito aparecimento da gabardina que o Lavado dizia trazer vestida na noite do assassinio. Em anteriores sessões, o mesmo agente afirmara desconhecer totalmente o caminho que essa peça de roupa levava; agora a gabardina apareceu, justificada por uma curiosa história que em entram um emigrante e as esposas do réu e do Lavado.

O elogio da P. I. D. E. / D. G. S.

Estranhíssimo, porém, foi o tom das declarações do ex-subinspector P. I. D. E.-D. G. S., António Capela. A par das afirmações já anteriormente prestadas por colegas seus, que servem a defesa, nomeadamente no que respeita à identificação que pretendem fazer da organização P. I. D. E./D. G. S. com a Judiciária, P. S. P., G. N. R., Legião, etc., e ao facto de os agentes ali se encontrarem como poderiam ganhar a vida em qualquer outra função, Capela não hesitou em afirmar, por certo com orgulho, que a P. I. D. E. era uma organização cujos serviços foram «reconhecidos mundialmente»; que todos as vítimas que fez foram meros «cientistas»; e que, por exemplo, os seus directores vinham do Exército... A este propósito o coronel Alvarenga, que preside ao Tribunal, observou-lhe que esses oficiais eram escolhidos e que ele, por exemplo, não aceitaría o cargo. Ripostou Capela, fulminante: «Espero, senhor presidente, que não considere desprestigiante ter sido director da P. I. D. E.» A uma pergunta de Luso Soares para desfazer o equívoco da relação de Judiciária-P. I. D. E., se na P. I. faziam torturas físicas e morais, retorquiu Capela, ostensivamente, com outra interrogação: «E na P. I. D. E. faziam?» Com estas e outras afirmações no género fez o ex-subinspector Capela o imprevisto e ostensivo elogio da P. I. D. E./D. G. S. Na sala a indignação era muito grande.

O julgamento prosseguirá no próximo dia 17, sexta-feira.